



Organizadores:
Telma Bessa Sales
Antonio Jerfson Lins de Freitas

Trajatórias de pesquisa

Os mundos do trabalho em transformação

Série
Território
Científico

Editora
**SER
TÃO
CULT**
10 anos



Telma Bessa Sales é graduada em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1997), com mestrado (2000) e doutorado (2006) em História pela mesma instituição e pós doutorado na Universidade de Évora – Portugal (2015). Tem experiência na área de História, com ênfase em História Social, atuando principalmente nos seguintes temas: Brasil, experiências sociais, memória, cultura, história oral, reestruturação produtiva e patrimônio industrial. Fez estágio na Universidade La Sapienza (Roma) sob orientação do professor Alessandro Portelli. É membro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios no Ceará (ICOMOS-CE), do Conselho Municipal de Patrimônio de Sobral e professora adjunta do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) desde 2011.



Antônio Jerfson Lins de Freitas é graduado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal do Ceará – UFC (2007) e em História – Licenciatura Plena pela Universidade Estadual do Ceará – UECE (2004). Técnico em telecomunicações pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará (CEFET-CE, atual IFCE). Especialista em Docência do Ensino Superior. Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA (2019). Cursa segunda licenciatura em Geografia pela Faculdade Estácio do Ceará e Doutorado em Geografia pela UECE. Atualmente coordena o conselho editorial da Editora SertãoCult.

Organizadores:
Telma Bessa Sales
Antonio Jerfson Lins de Freitas

Trajetórias de pesquisa

Os mundos do trabalho em
transformação



Sobral - CE
2024

Editora
**SER
TÃO
CULT**
10 anos

Trajétórias de pesquisa - Os mundos do trabalho em transformação

© 2024 copyright by Telma Bessa Sales, Antônio Jerfson Lins de Freitas. (Orgs)

Impresso no Brasil/Printed in Brazil



Editora
**SER
TÃO
CULT**
10 anos

Rua Maria da Conceição P. de Azevedo, 1138
Renato Parente - Sobral - CE
(88) 3614.8748 / Celular (88) 9 9784.2222
contato@editorasertaocult.com.br
sertaocult@gmail.com
www.editorasertaocult.com.br

Coordenação Editorial e Projeto Gráfico

Marco Antonio Machado

Coordenação do Conselho Editorial

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Conselho Editorial de História

Carlos Augusto Pereira dos Santos
Francisco Dênis Melo
Geranilde Costa e Silva
Gilberto Gilvan Souza Oliveira
Tito Barros Leal de Pontes Medeiros
Valeria Aparecida Alves
Raimundo Alves de Araújo
Antonio Iramar Miranda Barros
Camila Teixeira Amaral
Juliana Magalhães Linhares
Cícero João da Costa Filho
Regina Celi Fonseca Raick
Andreia Rodrigues de Andrade

Revisão

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Diagramação

João Batista Rodrigues Neto

Capa

João Batista Rodrigues Neto

Catálogo

Leolgh Lima da Silva - CRB3/967

T765 Trajetórias de pesquisa: os mundos do trabalho em transformação. /
Organizado por Telma Bessa Sales, Antonio Jerfson Lins de Freitas. -
Sobral CE: Sertão Cult, 2024.

274p.

ISBN: 978-65-5421-130-7 - papel
ISBN: 978-65-5421-131-4 - e-book - pdf
Doi: 10.35260/54211314-2024

1. Pesquisa.
2. Ensino.
3. Trabalhos- Novas perspectivas.4. Sistemas de trabalho.
1. Sales, Telma Bessa. II. Freitas, Antonio Jerfson Lins de. III. Título.

CDD 331.117

A série Território Científico

Marco Machado

Jerfson Lins

Editora SertãoCult

Quando o Projeto Território Científico foi concebido há mais de quatro anos, as incertezas sobre o que a pandemia da Covid-19 nos traria eram muitas. O futuro era opaco para previsões otimistas diante do quadro de milhares de mortos diariamente, apenas no Brasil.

Mas se o contexto era absolutamente assustador, pelo menos pudemos ter confirmada a resiliência dos pesquisadores brasileiros, que apesar de imersos em um cenário de carência de recursos financeiros e técnicos, ou-saram produzir como nunca, adequando-se àquela realidade, aprendendo a utilizar as ferramentas e tecnologias de informação e comunicação, paradoxalmente ficando ainda mais próximos do que antes da clausura imposta pelo vírus.

A tsunami de lives e eventos virtuais passou assim como chegou. O cansaço de assistir a intermináveis sessões diante das telas cobrou seu preço e a busca pelo contato físico suplantou o medo de sair às ruas. Parece que havia sido em outra vida que podíamos reunir centenas de pessoas em um auditório para discutir alguma pesquisa, ou simplesmente reunir meia dúzia de amigos ao redor de uma mesa para conversar sobre assuntos banais.

Parece que foi em outra vida também que, a partir da série Território Científico, a editora SertãoCult convidou os membros de seu conselho para organizarem entrevistas com renomados pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento. Muito material foi gerado a partir de tal iniciativa, um riquíssimo acervo que já originou quatro livros e agora traz à luz mais um volume, *Trajetórias de pesquisa: os mundos do trabalho em transformação*.

Em mais uma parceria, Telma Bessa e Jerfson Lins reuniram grandes pensadores, de diversas universidades, para falarem sobre o mundo do trabalho, sobre suas carreiras e pesquisas. Mais do que uma aula sobre a realidade vivida pelo trabalhador no século XXI, este livro nos permite enxergar o mundo com os olhos treinados de alguns dos mais respeitados pesquisadores da temática.

Foram, com este, cinco grandes livros produzidos e disponibilizados gratuitamente em formato e-book no escopo do projeto. Foram dezenas de entrevistadores e entrevistados e horas de conteúdo, fontes imprescindíveis para jovens pesquisadores interessados em um aprender com quem realmente sabe sobre o tema.

Brindemos a mais este sucesso! Outros estão a caminho.

Sobral-CE, abril de 2024.

Apresentação

Há três anos nadamos nas águas profundas e agitadas enfrentando a pandemia da Covid-19 (2020-2021) no Brasil e no mundo. Em terras brasileiras, a crise sanitária foi acompanhada de uma crise política, econômica e social que expressou arroubos autoritários, posturas negacionistas e desrespeito aos direitos trabalhistas, direitos humanos, direitos de mulheres etc.

Nesses dias de tempestades de uma demora de três anos, a criatividade, a imaginação, a leveza e o uso das tecnologias informacionais e digitais adentraram em nossas casas e até hoje compõem a maneira de realizar trabalho (no universo acadêmico, por exemplo) e entretenimento.

Navegando nesse mar revolto, criamos plataformas com lives, debates, entrevistas e livros. Este, que você tem em mãos agora, é fruto dessa conjuntura, do desejo de manutenção de relações e vínculos com professores e alunos do país. É possível hoje conhecer as narrativas de intelectuais estudiosos(as) do Brasil, que se colocaram disponíveis para veicular suas trajetórias no período pandêmico do século XXI, especialmente com a temática da pesquisa sobre os mundos do trabalho.

Gratidão é a palavra que cabe para todos(as) que construíram este livro. Agradecer pelo diálogo, aprendizado, dedicação e paciência antes, durante e depois das entrevistas filmadas e que você pode verificar a partir dos links disponíveis em cada narrativa.

Boa leitura e debates a partir da categoria *trabalho*, que continua provocador e contribui na revitalização do pensamento histórico e das ciências sociais/humanas.

Os organizadores

Sumário

O trabalho continua central na sociedade..... 11

Roberto Vêras de Oliveira – UFPB

Uma visão interdisciplinar sobre o trabalho no século XXI..... 15

Felipe Augusto dos Santos Ribeiro - UESPI

Doi: 10.35260/54211314-2024.p22-40

Uberização e crise no mundo do trabalho: entrevista com César Sanson..... 23

César Sanson

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Telma Bessa Sales

Doi: 10.35260/54211314-2024.p42-70

Trabalho e gênero: entrevista com Helena Hirata..... 43

Helena Hirata

Joannes Paulus Silva Forte

Telma Bessa Sales

Doi: 10.35260/54211314-2024.p70-94

“As marisqueiras estavam lá, elas por elas mesmas”: entrevista com Luiz Henrique dos Santos Blume..... 71

Luiz Henrique dos Santos Blume

Cosma Silva de Araújo

Fannuel Santos Mesquita

Doi: 10.35260/54211314-2024.p96-125

Transformações capitalistas e (des)igualdades no mundo do trabalho: entrevista com Márcia de Paula Leite.....97

Márcia de Paula Leite

Joannes Paulus Silva Forte

Telma Bessa Sales

Doi: 10.35260/54211314-2024.p126-138

Dialogar com os diversos setores da sociedade é importante na pesquisa e ensino: entrevista com Telma Bessa Sales..... 127

Telma Bessa Sales
Antonio Jerfson Lins de Freitas
Joannes Paulus Silva Forte

Doi: 10.35260/54211314-2024.p140-165

Os sujeitos na luta pela terra: entrevista com Samuel Maupeou.....141

Samuel Maupeou
Telma Bessa Sales
Viviane Prado Bezerra

Doi: 10.35260/54211314-2024.p166-186

O sindicalismo e o mundo do trabalho: entrevista com Marcelo Badaró Mattos.....167

Marcelo Badaró Mattos
Cosma Silva de Araújo
Viviane Prado Bezerra

Doi: 10.35260/54211314-2024.p188-206

“Não dá para pensar a sociedade sem trabalho”: entrevista com Clarice Speranza..... 189

Clarice Gontarski Speranza
Fannuel Santos Mesquita
Viviane Prado Bezerra

Doi: 10.35260/54211314-2024.p208-222

Pesquisa e empatia no mundo do trabalho: entrevista com Antonio Bosi..... 209

Antonio de Pádua Bosi
Fannuel Santos Mesquita
Viviane Prado Bezerra

Doi: 10.35260/54211314-2024.p224-242

“Boas questões fazem boas pesquisas”: entrevista com Fabiane Popinigis.....225

Fabiane Popinigis
Antonio Jerfson Lins de Freitas
Cosma Silva de Araújo

Doi: 10.35260/54211314-2024.p244-265

“Seria estranho se eu não tivesse optado por estudar o trabalho”: entrevista com William Mello.....245

William James Mello
Antonio Jerfson Lins de Freitas
Cosma Silva de Araújo

Índice Remissivo.....267

Entrevistadores..... 273

Doi: 10.35260/54211314-2024.p224-242



Fabiane Popinigis é Doutora em História Social pela Unicamp (2003) e desde 2010 professora Associada do Departamento de História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), onde coordena o Núcleo de Estudos da Política e História Social (NEPHS) e o CEDOC (Centro de Documentação). Foi coordenadora nacional do GT Mundos do Trabalho/ Associação Nacional de História do Trabalho entre 2019 e 2021 e coordenou o Programa de pós-graduação em História da UFRRJ entre 2022 e 2023. É bolsista de produtividade do CNPq e Cientista do Nosso Estado- FAPERJ.

“Boas questões fazem boas pesquisas”: entrevista com Fabiane Popinigis¹

Fabiane Popinigis

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Cosma Silva de Araújo

Telma Bessa (UVA): Professora, uma das primeiras questões que gostaríamos de fazer é quais foram suas motivações para abraçar essa temática e pautar esse tema do trabalho?

Fabiane Popinigis (UFRRJ): Eu tinha muito interesse, quando eu cheguei na Unicamp, de estudar a história do trabalho, os movimentos sociais, mas eu não tinha um tema específico. Na Unicamp, nessa época, a História tinha uma inserção muito grande nos debates sobre a história da escravidão e também sobre a história do trabalho, e eu sempre transitei muito nessas possibilidades. A gente tinha uma possibilidade na graduação que era muito interessante, que era uma coisa que chamava sigla aberta, que eram créditos específicos em que um grupo de alunos podia se inscrever e pedir orientação para um pequeno grupo de leitura, de umas 5 pessoas, por exemplo, e demandar a um professor que abrisse uma quantidade de créditos em um espaço semanal de discussão de determinado tema. En-



¹ Entrevista realizada via *Google Meet* em 03 de junho de 2020. Confira a entrevista utilizando ou clicando no QR Code ao lado.

tão, ali foi muito interessante porque eu pude fazer parte de alguns grupos de discussão e pesquisa, de leituras e bibliografias, principalmente, sobre pesquisas ligadas tanto à história social do trabalho como à história social da escravidão. Esses temas caminhavam um pouco paralelamente e eu estava muito interessada também na discussão sobre os trabalhadores, a vida dos trabalhadores, as experiências de homens e mulheres fora ou longe das fabricas. Também, muito influenciada por uma historiografia que estava começando a ampliar... Começando, não. Mas estava ampliando essa conceitualização da história do trabalho, tanto nos seus objetos como nas suas perspectivas e nas suas fontes, para outros lugares de experiências e vivências desses homens e mulheres do mundo do trabalho. O cotidiano, os bairros, a vida, as redes de solidariedades, em outros âmbitos que não fossem só aqueles do chão da fábrica ou do trabalho na fazenda, ou pensando em outras perspectivas, no caso do trabalho escravo. No caso da família escrava, por exemplo, e dos trabalhadores nas redes de sociabilidade, de solidariedade, das comunidades.

E aí eu encontrei uma categoria de trabalhadores que nem era pensada como tal na época, que eram os trabalhadores no comércio. No século XIX, eram chamados de caixeiros, um pouco depois, empregado no comércio, e mais recente, comerciários, mas não tem uma cronologia rígida sobre isso. Embora isso tenha se transformado, são pessoas que se empregam no que hoje a gente chama de setores terciários, de serviços, embora obviamente isso tenha dimensões diferentes ao longo do tempo, isso vai se transformando. Mas me interessou também poder contar essa exclusão, porque era uma grande proporção dos trabalhadores nos centros urbanos e, no entanto, não eram nem considerados como parte da classe trabalhadora ou do processo de formação da classe trabalhadora ou vistos como trabalhadores. Então o que eles eram? Isso me interessou, inclusive, porque nessa época eu encontrei, pesquisando nos jornais, diversos movimentos e manifestações desses trabalhadores em temas que seriam muito caros a outros grupos de trabalhadores, mesmo internacionalmente, que era a redução das horas de trabalho, as condições de trabalho. Então, isso foi o que me interessou inicialmente. Foi assim que eu cheguei nesse tema, uma vontade de pensar experiências de trabalho de forma ampla e pensar em um grupo de trabalhadores que ainda não tinham sido vistos como tal.

Jerfson Lins (SertãoCult): Professora, você usou como fonte na sua graduação o Correio da Manhã, do Rio de Janeiro. Fale um pouco sobre a sua graduação, ainda no período da sua construção de vida, da sua trajetória acadêmica. Você poderia falar um pouco sobre essa primeira pesquisa? Como foi trabalhar o jornal impresso como fonte nesse momento?

Fabiane: Isso é muito interessante porque você pensa: onde a gente vai procurar essas pessoas, esses trabalhadores do comércio, enfim, pessoas comuns? Era um momento em que a gente estava explorando outras possibilidades nos periódicos, nos jornais de grande circulação e os jornais militantes, das associações operárias. Esse associativismo no Rio de Janeiro, no final do século XIX e no início do século XX, era muito forte. É uma característica muito relevante de organização dos trabalhadores ter um órgão próprio para demandar, para se expressar, fazer a sua voz ser ouvida. Então, eu pensei da gente explorar outros lugares dos jornais, por exemplo, as colunas policiais. E ali estavam homens e mulheres trabalhadores também, estigmatizados pela própria fonte, e era uma questão de usar uma fonte que, na verdade, estava eivada de preconceitos e oposições em relação ao próprio objeto que está sendo construído ali. E então a gente estava, não só eu, mas estávamos acompanhados de muita gente que estava usando esse tipo de fonte, os impressos, principalmente os periódicos e os jornais, para ir além do que os próprios veículos estavam interessados em informar, mas pensar também sobre o que estava acontecendo com aqueles sobre os quais eles estavam falando. E isso também levou à necessidade de lapidar muito mais a nossa compreensão do que é a metodologia de trabalho com o uso desses periódicos. Ou seja, não é possível usar os periódicos, assim como nenhuma fonte, nenhum documento, como se eles fossem transparentes em relação ao relato da verdade. Mas é uma fonte possível de obter elementos e evidências para responder as perguntas que a gente traz. Tanto nas colunas policiais, como nas cartas a pedido, por exemplo, nos grandes periódicos, havia um intenso debate sobre a questão que eles, na época, chamavam de “fechamento das

[...] não é possível usar os periódicos, assim como nenhuma fonte, nenhum documento, como se eles fossem transparentes em relação ao relato da verdade. Mas é uma fonte possível de obter elementos e evidências para responder as perguntas que a gente traz.

portas”, mas que hoje a gente pode pensar como uma questão muito relacionada às horas de trabalho dos empregados no comércio. Então estava muito presente em vários lugares do jornal.

Para chegar lá, eu fui analisar um pouco melhor, procurar investigar um pouco melhor as características dos jornais e o contexto daquilo que eles estavam abordando naquele momento, que era, principalmente, em relação ao Rio de Janeiro, que era um assunto que foi muito discutido e sobre o qual se escreveu muito, que é a reforma urbana do Rio de Janeiro, nesse período, que é início do século XX, e a adoção de políticas higienistas, no final do século XIX, início do XX. A caracterização dos trabalhadores, justamente no imediato pós-abolição, o que na época a gente dizia “a primeira república”, e que hoje a gente também tem um campo temático, que surgiu com toda força, que é o campo do pós-abolição.

Ali se pensava muito na chave do controle social, e isso foi muito discutido, muito trabalhado: “o que fazer com os trabalhadores no fim da escravidão”. Em termos legislativos, em termos de repressão policial, mas em torno da construção de uma agenda de direitos também (hoje se pensa muito mais nisso, né?) Mas, o que se reivindicava, por exemplo, como educação, como informação, como inserção nesse campo de direitos políticos e sociais. Nesse momento, então, era um pouco isso. Foi assim que eu cheguei para pensar. É como a gente orienta, um pouco, na monografia, esse primeiro momento do pesquisador, que é saber construir um debate historiográfico, saber pensar nas perguntas para suas fontes e saber pensar metodologicamente como trabalhar com essas fontes, entre outras coisas. Mas são coisas que o/a discente, o/a pesquisador/a inicialmente precisa passar por esse caminho, ler uma vasta historiografia sobre o tema e retirar dali as suas questões e fazer o seu próprio caminho de pesquisa.

Cosma Araújo (SME - Sobral): Professora, eu gostaria que você falasse um pouco quais foram os principais desafios que você enfrentou na sua

É como a gente orienta, um pouco, na monografia, esse primeiro momento do pesquisador, que é saber construir um debate historiográfico, saber pensar nas perguntas para suas fontes e saber pensar metodologicamente como trabalhar com essas fontes, entre outras coisas.

pesquisa, principalmente a mais recente, que é a do doutorado sobre os caixeiros.

Fabiane: Tá! Na verdade, eu fiz o pós-doutorado também e tenho outras pesquisas em andamento. Mas eu pensei em falar sobre a trajetória de uma pesquisa para outra. Pode ser assim? Porque eu acho que uma pesquisa que a gente faz vai levando a outras questões e ela acaba dando origem a uma nova pesquisa. Bom, e também a gente tem a nossa própria vida que nos vai levando para caminhos que a gente não imaginava. Na pesquisa do doutorado, o que eu resolvi fazer foi trabalhar com os processos-crime, e eu acho que foi a coisa mais difícil que eu resolvi fazer porque o Arquivo Nacional estava em obras, tinha uma grande parte das pretorias nas quais estavam organizados os processos-crime. Eu continuava com aquela minha ideia de querer encontrar as pessoas no seu cotidiano, ou seja, esses processos-crimes de ofensas físicas leves que eu pesquisei. Eu desci mais de mil processos e fui fazendo uma seleção. A gente não tinha tantos instrumentos de pesquisa como a gente tem hoje. Provavelmente todos os pesquisadores que vocês forem entrevistar falarão sobre isso, sobre a revolução da hemeroteca digital, sobre o próprio site do acervo da Biblioteca Nacional, onde você pode pesquisar com palavras-chaves vários desses documentos judiciais... Isso estava sendo construído, inclusive uma parte disso foi construída por pesquisadores que doaram o seu material e pelos próprios profissionais do arquivo, é claro! Mas nessa época isso tudo estava em organização, eu ia ver fichinhas, eu ia buscar, então eu acho que isso foi o mais desafiador, que foi tentar trabalhar com uma grande diversidade de fontes.

Então, eu trabalhava com fontes como a junta comercial, onde as sociedades comerciais tinham que se inscrever para funcionar, e os processos-crime, por exemplo, e continuava trabalhando com jornais também. E os processos-crime de ofensas físicas leves mostram casos da vida cotidiana. Não são aqueles grandes casos que o homicídio, em geral, constrói. Tem muito mais dados dentro de um processo de homicídio, que também é abordado pela a imprensa, que tem uma dimensão maior. Inclusive, tinha processos de homicídio que eu acabei nem trabalhando com eles porque exigiam uma outra pesquisa. E os processos de ofensas físicas leves era uma diversidade de casos que, aparentemente, não tinham conexão entre si. Era um trabalhador que brigou com outro, em uma determinada situa-

ção e tal. Então, juntar tudo isso exigiu uma definição do problema muito mais... Digamos assim, eu tive que pensar nos eixos pelos quais eu ia conectar esses casos, que eram casos da história da vida cotidiana dos trabalhadores do Rio de Janeiro, que nem sempre eles tinham relação um com o outro, não é? Isso foi um dos maiores desafios. Eu fiz um banco de dados, eu montei um banco de dados enorme e não usei uma grande parte disso, mas também foi muito enriquecedor para meu crescimento como pesquisadora.

Depois disso, eu comecei a pensar na pesquisa sobre o mercado público de Desterro, que hoje é Florianópolis (na época se chamava Nossa Senhora do Desterro), porque na época eu estava morando lá, eu estava trabalhando na UFSC, na Federal de Santa Catarina. A minha formação foi na Unicamp, depois eu fiz um pós-doutorado na UFSC, depois eu fui trabalhar como professora substituta lá. Então eu me defrontei com o mercado público de lá, que é um ponto turístico inescapável, quando você vai pra lá, e é um grande centralizado da ideia do que é ser de Florianópolis, do que é ser “manezinho”. Então, é muito relevante para todo mundo a presença do mercado público, e quando eu fui ler sobre isso, muito me estranhou que as primeiras coisas que eu li sobre isso não apareciam os trabalhadores. Enfim, que apareciam em todas as outras histórias dos mercados públicos no Atlântico, que eram os homens e as mulheres negras, quitandeiros, quitandeiras, pombeiros. Então eu fui fazer uma investigação sobre esses trabalhadores e trabalhadoras. Eu passei, praticamente, agora vai fazer já uns 8 anos pesquisando isso. Agora eu percebo que preciso escrever esse livro o mais rápido possível porque eu já estou migrando para outra pesquisa. E ali eu fui capaz de pensar o que eu tenho trabalhado muito, que é uma história do trabalho com a perspectiva de gênero.

Então, é isso. Eu percebi a grande importância do trabalho desses homens e dessas mulheres, mas como era muito grande a presença de mulheres - e de mulheres de ascendência africana -, mas cujo trabalho teve pouca visibilidade. Nem os memorialistas, que construíam a ideia de um mercado de Florianópolis que fosse eminentemente feito, construído, aquele comércio, pelos colonos alemães e açorianos, depois, né? E ali tem vários centros de pesquisas sobre homens e mulheres africanos e descendentes em Florianópolis, agora, desse tempo pra cá. Mas para mim isso foi muito importante para desenvolver essa perspectiva de gênero em relação

ao que era e porque esse trabalho das mulheres foi pouco pensado nessa situação como economicamente importante. Então, muitas vezes nos censos elas eram classificadas como “trabalho doméstico”, por exemplo, do “serviço doméstico”, como era chamado no século XIX, mas elas estavam, na verdade, movimentando uma grande parte da economia, inclusive com acesso a crédito, circulando as mercadorias, produzindo comida pronta para alimentação, e às vezes, até mesmo, trabalhando com a própria produção desses alimentos. Então, isso foi muito importante para eu pensar além do comércio a retalho que existia.

No Rio de Janeiro, hoje tem muitos trabalhos maravilhosos sobre as mulheres quitadeiras e a importância delas na circulação, e como o comércio a retalho era muito mais um nicho de trabalho para os homens portugueses, ou seja, os pequenos negócios, e como o comércio da rua, essa circulação de pessoas era feita por homens e mulheres, principalmente nesse momento, de 1850 até 1870, depois você tem, mais para o final do século XIX, uma grande imigração, e tem uma outra configuração também, mas ali era, principalmente, dominada por esses homens e mulheres de ascendência africana e uma grande participação das mulheres.

A minha pesquisa mais atual é, na verdade, com outras fontes. E essa pesquisa que eu fiz sobre as mulheres quitadeiras foi com registros muito mais áridos do que os jornais, que são registros de despesa da câmara municipal. Receita e despesa. Ou seja, é uma linhazinha que diz “Fulana de tal pagou imposto de uma quitanda”. Às vezes a gente dava um pulinho, porque encontrava assim: “era uma preta forra”, ou então “pertence a Fulano de tal”, ou então “é liberta vinda de não sei de onde”, ou então “que trabalha pra não sei quem”. Então, você tinha um pouquinho mais de informação para construir essas redes. E aí também cruzar isso com registros cartoriais, de obtenção de alforria, de compra ou de doação condicional de alforria, por exemplo, e ali tem também parte do que seria um contrato de trabalho, às vezes, arranjos de trabalho diversos. Então, foi com essas conexões de uma diversidade de fontes, às vezes muito mais áridas do que os jornais, que eu usei para fazer essa pesquisa. E eu estou agora fazendo essa estrutura para escrever esse livro, porque eu já publiquei artigos sobre uma outra pesquisa, que é com processos de demandas de salários de criadas e de criados no século XIX. Também já tem algumas publicações sobre isso. Eu comecei junto com o Henrique Espada, e agora

a gente está em processo de escrever um livro sobre isso. Tem algumas publicações sobre isso, mas a gente selecionou em torno de 25 processos dentre muitos outros que encontramos sobre demandas de salários, ou seja, de homens e mulheres que estavam na condição de criados, criadas - às vezes chamados de caixeiros, às vezes chamados de criados. Mas esses são homens e mulheres que realizavam todo tipo de serviço de uma casa comercial, ou seja, de uma casa que vendia comida para fora, ou que era de centros molhados, ou que era armazém de ferragem, ou que era uma hospedaria... Como esses homens e mulheres demandavam salários no século XIX. E pensando essa relação entre as demandas e as decisões judiciais sobre isso, ou seja, quais eram as discussões jurídicas nesse período. Porque não havia legislação do trabalho nesse momento e se recorria muito a outros códigos legais, como, por exemplo, as Ordenações Filipinas, ou o Código Comercial, a lei de 31, a lei de 71, a lei de 37, mas, não tinha uma legislação específica sobre isso, e era decidido em juízo. Então, são processos que vão para as pequenas instâncias, pra processos cíveis, mas podem também chegar às instâncias superiores, até a Relação do Rio de Janeiro. Então isso aí é uma fonte muito rica, ou seja, são processos de 200, 250 páginas, onde você tem testemunhos de cinco pessoas relatando, da sua perspectiva, o mesmo caso. Ou seja, se a demanda era justa ou não, se a demanda era lícita ou não. E aí a questão de gênero fica muito evidenciada para os mundos do trabalho. Quem é sujeito de direitos? Como se atribui o valor do trabalho e das renumerações? Que tipo de renumeração se dá a um homem e uma mulher realizando a mesma atividade? E como isso muda no tempo, ao longo do século XIX?

Mas a questão é que muitas dessas mulheres e desses homens, eles reformularam. E olha que isso é uma exceção, pois são poucos processos que chegam [a uma decisão], porque a gente imagina que a maioria tenha se decidido em acordos verbais, por exemplo. Porque até agora a gente não encontrou contratos de trabalho, e a legislação diz que tem que haver um contrato, então demanda um contrato, e muitas dessas mulheres dizem “não tenho um contrato escrito, mas tenho um acordo, e o acordo é que me pagassem tanto de salário por mês”. E muitas vezes a reação é dizer “não, veja! Mas ela é uma mulher, ela era amásia, ela não era uma criada. Então, ela não tem direito a uma renumeração”. Tem um argumento ali, que é muito diferente do que é usado com os homens. Então, você tem uma possibili-

dade de trabalhar com as relações de gênero, como se constroem as diferentes noções do que é o trabalho. E depois, uma noção androcêntrica de trabalho também, a partir dessas fontes. São realmente fontes riquíssimas, sei lá, de 20 processos, você deve ter bem mais de mil páginas.

Fannuel Santos (UVA): Professora, você, encontra similaridades entre esses trabalhadores do período pós-abolição com os de hoje, principalmente com os trabalhadores de aplicativos, que não têm direitos? E quais são as perspectivas de pesquisas desse mundo do trabalho que a senhora acredita que virão?

Fabiane: Totalmente! É muito atual. Aproveitando pra juntar a sua questão com uma pergunta que estava no roteirinho, que eu achei muito interessante: “quais são as perspectivas desse campo”. Eu acho que esse momento da pandemia tem feito a gente pensar muito sobre as questões do trabalho, dos direitos ao trabalho. De anos pra cá, a gente tem perdido rapidamente uma diversidade de acúmulos de direitos sociais, políticos e trabalhistas que a gente tinha, que são parte de uma conquista, que é um processo, que faz parte de um processo. Em termos da história do trabalho, isso que o Fannuel está perguntando é uma coisa que, tanto a Sociologia como a história social do trabalho têm abordado muito, que é essa questão das relações de trabalho atuais, da uberização, de relações de trabalho nos quais tanto o discurso quanto a prática trazem a ideia de flexibilização, do desmonte da legislação trabalhista, da CLT, que foi tão discutido e que foi feito já final no governo [Michel] Temer, que foi curto. Mas que deu tempo ele aprovar o que eles chamaram de Reforma Trabalhista, que é justamente um retrocesso em relação a todos esses direitos e a esse processo duramente construído, do próprio Ministério do Trabalho, da existência do Ministério do Trabalho, enfim, e como a gente teve um gigantesco retrocesso nessa proteção dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras, nas quais a gente vinha fazendo avanços, até com a inclusão das trabalhadoras domésticas, nos anos 2013 e depois, com toda a regulamentação.

Essa é uma questão que tem de fato suscitado várias análises sobre isso porque também nos faz pensar nas conexões que a gente tem nesses momentos, em questões comuns para a história do trabalho. Que nos faz pensar “em que momento a gente tem conquistas de direitos?” Conquistas de direitos em termos de botar um limite na exploração do trabalho, seja

ele através de uma legislação, que é, no caso, a partir do século XX, que é uma legislação que vai começando a ser implementada em nível nacional, e não local, como era antes. Existiam conquistas, isso não se inicia nem nos pós-30, nem na primeira República, mas existiam conquistas com outras formatações, que não eram conceitualmente pensadas assim, mas eram limites que os trabalhadores e as trabalhadoras buscavam colocar na exploração do trabalho. E buscando, cada vez mais, a intermediação do Estado. Então, agora a gente está num momento que isso nos permite perceber quais as conexões entre essas ideias também. Em certo momento, a história do trabalho pensava que o momento mais aperfeiçoado da história do capitalismo era o assalariamento. O trabalhador assalariado, organizado, reivindicando os seus direitos de forma coletiva, muitas vezes ligados a organizações como sindicatos ou a partidos. E isso garante, e garantiu muitas vezes, o acesso da implementação de direitos coletivos, legislação e formas jurídicas de reivindicar esses direitos. Mas, por outro lado, também, nos permite ver que eles não vão progressivamente se expandir e que certamente a gente tem que repensar essas relações de uma forma mais complexa, por exemplo, o fato de que o capitalismo não é mais afeito ao trabalho assalariado, como se o trabalho escravo fosse um empecilho ao trabalho assalariado. Não é, o trabalho escravo de homens e mulheres foi amplamente utilizado ao longo do desenvolvimento capitalista, como é até hoje. Ou seja, se não houver barreiras legais, jurídicas e também ancoradas nos movimentos sociais para exploração de homens e mulheres trabalhadores, isso é o que tende acontecer: esse processo de dissolução dos vínculos com a ideia de trabalho e também de trabalhadores.

Agora tem um discurso das empresas, uma construção que está sendo feita para desresponsabilizar as empresas desses processos. Essa ideia de que o trabalhador é empreendedor, e não trabalhador. E aí a empresa se desonera, de certa forma, dos vínculos e relações de trabalho, pensadas como proteção ao trabalhador, né? Então, se ocupa o próprio tempo livre do trabalhador, porque essas pessoas que trabalham com Uber têm o tempo que eles ficam esperando um pedido, mas na verdade só conta para eles o tempo que estão com o pedido. Mas e o tempo que eles ficam esperando de um pedido para o outro? Essa ideia de tempo livre já é uma outra escala. E a diminuição de possibilidades também, de fazer uma reivindicação co-

letiva a partir disso. Isso é muito recente, não tanto, mas é recente em relação a outros processos, e é um campo aberto de estudos.

Telma: Esse processo de uberização de fato nos faz pensar nessa necessidade de organização de outras formas para tentar garantir o mínimo que já foi conquistado e que está sendo desconstruído dia após dia. Aqui em Sobral, por exemplo, tem um jornal da diocese, que se chama Correio da Semana, que na década de 60 tinha matérias e colunas criticando obviamente os trabalhadores, que se organizavam em associações, que lutavam ou pelo menos reivindicavam melhores condições de vida e de trabalho. E criticavam esses trabalhadores usando nomenclaturas como “comunistas”, “terroristas”. Parece que estamos vendo mais um capítulo dessa mesma novela, o que nos causa muito incômodo, com essas práticas da extremas direta ou o neofascismo, como estamos vendo no país, presentes na nossa história e, desde 2016, a gente viu pontualmente elogios a torturadores, manifestações com violência e pedindo a volta do momento de exceção do regime civil-militar. Como é que nessa perspectiva da discussão e da pesquisa do mundo do trabalho nós podemos ter presentes essas reflexões da política, da intolerância, da desconstrução desses direitos? Como é que nós podemos pensar as nossas pesquisas incluindo todo esse mosaico de questões tão urgentes no mundo que vivemos hoje?

Fabiane: A gente vive um momento bem complicado, em que não só os direitos trabalhistas, os direitos sociais, os direitos políticos, os próprios direitos humanos estão sendo ameaçados. Até certo momento, talvez você incluir direitos do trabalho, da saúde do trabalhador e os direitos humanos, a partir do momento em que práticas de tortura são defendidas pelos próprios governantes. A gente vive um momento de crise e de desindustrialização, como foi quando a história do trabalho surgiu, a partir desse movimento de trabalho industrial, de participação de movimentos sociais, e agora a gente vive um outro momento de crise em vários sentidos. E foi em momentos de crise que muitos historiadores e muitos cientistas sociais escreveram belos trabalhos e belas análises, porque somos desafiados a pensar também o futuro a partir dos nossos objetos, a recolocar questões, a fazer novas questões sobre temas semelhantes, que são esses, no espaço e no tempo. Ao longo do tempo, como se construíram essas instituições de proteção aos cidadãos, aos trabalhadores? Como esses movimentos se aglutinam, se veem, se reconhecem como sujeitos dessas ações? E o

que é importante também no nosso campo da história social do trabalho é pensar esses sujeitos dessas ações. Pensar como eles se colocam e como pensar sobre a história do Brasil, a história é global, a história das sociedades, como pensar a ação desses homens e mulheres e essa relação com o Estado, com as instituições, as relações sociais em geral. Porque tem análises que ignoram esse tipo de ação dos trabalhadores, dos grupos escravizados, das mulheres, enfim, dos grandes grupos de seres humanos que fizeram parte dessa história. Então, nosso desafio sempre foi e agora continua sendo ampliar a análise.

A gente citou o caso das domésticas, essa luta das trabalhadoras domésticas, do sindicato das trabalhadoras domésticas e da aprovação da lei de 2013, depois, da regulamentação, e esse momento que a gente está vendo, depois, a pandemia. Saber da morte daquela doméstica, quando os patrões vieram de viagem e ela acabou sendo contaminada, aqui no Rio de Janeiro, por exemplo. É um exemplo de que as pessoas de certas classes sociais não conseguem prescindir de um trabalho, que é visto de um trabalho essencial, mas que nesse caso, na verdade, o que a gente tem feito e instruído, que era continuar o pagamento das trabalhadoras, mas sendo que elas não voltassem a trabalhar em condições que são insalubres, as exponham à contaminação, não é? No trânsito, na chegada, na saída de casa, no próprio trabalho.

Outra coisa, nesse momento, as relações de trabalho estão cada vez menos ligadas pelos direitos de pertencimento por uma legislação social que regule, regulamente, pela presença do Estado, que garanta que esses direitos sejam respeitados, que eles existam legalmente, que eles sejam fiscalizados e que eles sejam respeitados, esse processo que está sendo desconstruído. Isso nos faz pensar também sobre essas distinções que acabaram se tornando muito rígidas entre o que é um trabalho precário e um não precário, o que é um trabalho formal e informal, que é uma crítica que as feministas fazem a um longo tempo, que é de um trabalho não pago, não reconhecido, que é um trabalho invisível. Não por caso, quem está à frente do trabalho de enfermagem, da classe dos enfermeiros, das enfermeiras, são mulheres, as cuidadoras são mulheres. Então, é essa ideia de trabalho de cuidados, que muitas vezes foi negligenciado, e que agora tem aparecido muito evidentemente, assim como isso tem ressaltado as desigualdades.

Eu acho que a gente tem que pensar também, como historiadores, historiadoras, e se colocar no debate público contra as *fake news*, ocupar esses espaços, que a gente está tentando fazer. Diante dessas redes de *fake news*, de criação de narrativas que não têm base nenhuma nos fatos ou nas evidências, ou em uma construção científica de conhecimento socialmente referendado, é importante que a gente faça isso, e esse momento agora é de total evidência dessas desigualdades. A gente vê o que está acontecendo nos Estados Unidos agora. Onde o racismo histórico, nessa carga do racismo histórico, e agora, nesse momento ainda mais evidenciado, está causando reações, e agora aqui no Brasil também a gente viu as manifestações e reações contra essa ascensão do fascismo em vários âmbitos, inclusive institucionalizado. A gente tem um momento que é um campo aberto para investigações e que a gente não vai sair desse momento sem ampliar nossos horizontes de pensar nisso que vocês falaram, de pensar várias categorias de desigualdades social, de marcadores sociais, como raça, classe e gênero, como eles atuam perversamente na produção e na reprodução de desigualdades. No Brasil, também, a gente tem tido demonstrações muito claras de como o racismo funciona perversamente nesse sistema, então a gente tem muito trabalho para fazer.

A gente tem um momento que é um campo aberto para investigações e que a gente não vai sair desse momento sem ampliar nossos horizontes de pensar nisso que vocês falaram, de pensar várias categorias de desigualdades social, de marcadores sociais, como raça, classe e gênero, como eles atuam perversamente na produção e na reprodução de desigualdades.

Uma das coisas que eu tenho percebido que tem se expandido é essa ideia das lives, isso que a gente está fazendo aqui. Como a gente faria isso se fosse presencial? Provavelmente a gente não faria. Talvez não fizéssemos. E hoje, nesse processo da pandemia, a gente está aprendendo a lidar com as redes. Eu, pelo menos, estou aprendendo. A gente está aprendendo a lidar com o *streaming*, com lives... Todo dia tem lives! Então, coisa que a gente não podia ver antes, a gente está podendo ver agora. Lives internacionais, lives com pessoas em diferentes lugares, que foram organizadas de uma semana para outra, enfim. Eu espero que esse processo também

nos faça a aprender. O que para nós especialistas, que trabalhamos sempre com isso, isso sempre esteve muito evidente, mas eu estou achando muito interessante ver na mídia a circulação daquelas conversas assim: “Oh, agora estou percebendo como o Brasil é desigual”. A gente vê com um pouco de surpresa. O que fez a pessoa pensar isso que ela não via antes? “Ah, os meus colegas da classe não têm computador”. “Ah, meu colega da classe não tem internet pra assistir a aula”. E na verdade, essas desigualdades já existiam em outras formas, só que elas estavam muito naturalizadas, invisibilizadas, e agora elas estão evidenciadas para as pessoas que não estão treinadas para pensar isso cotidianamente.

Telma: A senhora poderia comentar sobre o veto à nossa profissão? E ainda mais termos de enfrentar essa! Nesse momento caótico, ainda tem esse veto da nossa profissão!

Fabiane: Isso é uma luta antiga, né? E agora o presidente vetou depois que passou na Câmara e no Senado, um projeto do Paulo Paim (PT-RS). Eu vejo, de certa forma, a importância do nosso trabalho, porque se tem uma coisa que foi pisoteada, que foi dilacerada, que foi utilizada para fazer o mal, digamos assim, para escamotear a verdade, foi a História. Toda essa ideia de revisionismo, toda essa discussão que começou lá atrás, que a gente ouvia dos nossos alunos, que vinham na sala de aula questionando se o nazismo era de direita ou de esquerda.

Quando eu comecei a ouvir isso, que eu comecei a ver uns youtubers, que tinha umas coisas que só a minha filha via, que eu não conhecia. E eu pensei: “gente, o que é isso?” E que é na verdade uma repaginação de processos que já ocorreram antes, mas que pra gente, como previa Umberto Eco, o que a internet deu de voz para quem antes não tinha essa possibilidade de se expressar! E aí surgiu e se expandiu essa ideia de que opinião é igual a conhecimento.

Opinião, cada um tem a sua, mas isso não significa igualar a opinião de cada um com conhecimento. E outra coisa: racismo, machismo e violência contra as minorias, nada disso é opinião, isso é crime. Alguns não são nem tipificados como cri-

Opinião, cada um tem a sua, mas isso não significa igualar a opinião de cada um com conhecimento. E outra coisa: racismo, machismo e violência contra as minorias, nada disso é opinião, isso é crime.

me, mas racismo é crime, violência contra as minorias é crime. Várias coisas que muitas vezes são colocadas como opiniões, por exemplo, isso que vocês disseram antes, quando se exaltou a tortura na ditadura, isso deveria ter sido punido. A gente está aqui, em grande parte, porque não foi. Isso claramente passou os limites do que poderia ter acontecido, e aí a gente se coloca agora nessa situação.

Eu queria também atentar, em relação ao veto, o que para mim fica muito evidente, que é causar mais um desgaste. Eu me senti super importante. (risos). Mas em relação às ciências humanas, por exemplo, que a gente vê a Capes² cortando bolsas das ciências humanas, depois voltando atrás. São as coisas desse governo. Vai e volta, vai preparando o terreno. Então, ali na estrutura de perguntas de vocês, eu queria aproveitar para falar junto com a questão da profissão de historiador, do veto ao projeto que regulamentava a nossa profissão, que de fato a gente exerce na prática, mas é todo esse ataque às ciências humanas também. E hoje a gente tem uma novidade, que os colegas das outras ciências não tinham antes, que é um desafio, que até os médicos, que até meus colegas da física, da matemática, que é um negócio tão absurdo, que antes só a gente sentia na pele, que praticamente todo mundo tinha alguma opinião sobre questões que são vistas como das ciências humanas, agora até as outras também estão sentindo isso. Porém, a gente tem um desafio, a gente tem um problema, a gente tem uma dificuldade, principalmente na história social, que é lidar com as fontes. Então, a gente tem um problema sério agora, por exemplo, na pós-graduação, como vai ser essa nova geração de pesquisadores que têm entrado no mestrado e doutorado que contava com os arquivos. Isso é um problema com a pandemia, mas é um problema que já vinha sendo construído antes com a expansão das universidades públicas, com a entrada nas universidades públicas, que muita gente antes não tinha, de gente que são os primeiros da família a entrar na Universidade, a poder ter um diploma, enfim. Isso é muito importante, e que com mais alguns anos isso iria se concretizar numa revolução na educação superior e na transformação social. Isso é muito importante. E essas pessoas, por exemplo, hoje têm condições muito menores do que as outras de continuar exercendo o ofício de historiador ou de outras áreas das Ciências Sociais e Humanas, e isso tem me preocupado bastante porque eu vejo pesquisadores e pesqui-

2 Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

sadoras formados que estão em uma vulnerabilidade social, que têm um espírito crítico, uma formação excelente, e estão com dificuldades até de sobreviver. Quanto mais para encontrar bolsa para fazer pesquisa. Isso é uma coisa que a gente vai ter um impacto. Eu me preocupo com o impacto disso porque aquele processo que a gente estava tendo de inclusão de temas, de inclusão de sujeitos, de muito mais pessoas negras nas universidades, de filhos da classe trabalhadora, de filhos de empregadas domésticas, de gente que estava se qualificando, entrando no debate, jogando luz sobre outras questões, e agora, o impacto sobre eles, principalmente, sobre todos nós que pesquisamos história social, que demanda financiamento, que demanda fontes arquivística, mas sobretudo sobre essas pessoas.

Cosma: Diante desse processo de descredibilização das ciências, no qual o conhecimento está perdendo espaço para o achismo, você vê a necessidade de que repensemos nossas práticas como pesquisadores?

Fabiane: A gente tem que repensar nossas práticas. Por exemplo, em um grupo que eu participo, na Universidade, a gente está fazendo uma atividade de extensão exatamente sobre isso: divulgação científica. Ou seja, como ocupar esse espaço, que como eu falei, a gente está correndo atrás porque eles vieram antes. E isso é muito divulgado nos canais que existem, inclusive tem um pessoal fazendo pesquisa sobre os canais de *fake news*, sobre os canais de revisionismo histórico, aqueles livros, que vendem muito, *Guia politicamente incorreto da história do Brasil*.³ Então, são coisas terríveis, coisas que distorcem totalmente o sentido da história que a gente faz, inclusive usando os historiadores contra eles mesmos. É uma coisa absurda, e a gente tem que ocupar esses espaços. Então, se existe alguma coisa que a gente deve aprimorar nesse momento é justamente aprender alguma coisa sobre isso. Eu pessoalmente estou todo dia tentando aprender alguma coisa nova sobre isso. Eu estou ouvindo as pessoas, eu estou chamando reuniões, eu estou tentando aprender como ocupar esses espaços, o que se pode fazer para divulgar o conhecimento científico, para colocar a história de forma pública. Eu acho que, por exemplo, os sociólogos aparecem mais na mídia em geral. Nós historiadores ficamos, durante muito tempo, fazendo menos isso. Então, agora a gente está pensando em formas de história digital, de acesso aos arquivos e também de acessibilidade,

3 NARLOCH, Leandro. *Guia politicamente incorreto da história do Brasil*. 2 ed. São Paulo: Leya, 2012.

para que as pessoas consigam e se interessem em acessar. Eu costumo perguntar para as pessoas: “mas você viu tal coisa que o historiador fez?” Alguma coisa de divulgação. Se a pessoa fala “sim, que legal”, tudo bem. Agora, se a pessoa fala “não, não vi”, eu pergunto por que. Em geral, a pessoa responde que está muito longe do que ela acha que é o cotidiano dela. As pessoas de outras áreas, que não têm nada a ver com o estudo de História. É uma coisa interessante, a gente tem que começar a pensar em como ocupar esses espaços, em como atrair esses interesses e, também, uma parte é uma educação para isso, a nossa educação, porque é uma linguagem distinta. A linguagem de um livro didático é distinta, a linguagem de texto de divulgação é distinta. É uma coisa para a qual a gente tem pouco treino. E agora é o momento da gente fazer. Então, que bom agora, Telma, vocês estão conseguindo fazer os eventos!

Mas, quando os alunos vêm – porque os colegas, cada um tem seus interesses -, eu acho um indicativo muito bom de que é um tema que é muito atual, que traz questões muito atuais, que estão no cotidiano das pessoas. Se você colocar no cotidiano das pessoas, a gente está trabalhando como configurações de desigualdade afetam no seu dia a dia, no trabalho que você realiza, no quanto você ganha, no descanso que você vai ter ou não, como você vai conseguir ficar com a sua família, como você vai conseguir aproveitar um tempo livre que você tem ou não, como você vai envelhecer, como vai ser a sua qualidade de vida. Tudo que você vive. Como são as relações sociais em torno de você? Você se sente respeitado nas suas escolhas, na sua orientação sexual? Tudo faz parte do que a gente tem pela frente, para fazer, para conquistar, para lutar. Primeiro, frear esse retrocesso. Depois ver como a gente vai falando politicamente e depois, como acadêmicos, intelectuais, professores, pesquisadores, como a gente age no mundo para compartilhar, para trocar, para ouvir. Eu acho que a gente precisa muito ouvir também.

Um conselho para os estudantes, para os jovens pesquisadores, eu pensaria que é muita leitura. Como você constrói alguma opinião sobre o tema? Lendo sobre ele. Então, às vezes, os estudantes mais jovens, no início vêm me perguntar: “Professora, como fazer tal coisa?”. Aí eu respondo: “então tá, a base de teses da Capes, então vai lá e procura sobre isso, procura no Scielo, todos os artigos, busca e lê”. E como você constrói o problema? Porque sempre teve alguém que já fez isso antes de você. Você

pode querer fazer um pouco diferente, é muito difícil “inventar a roda”.

E a segunda coisa é ouvir, né? E a terceira coisa, muito importante, é fazer perguntas, sabe? Fazer perguntas pros textos, em sala de aula, fazer perguntas ancoradas na pesquisa de quem está apresentando. Ter questões, eu acho que é muito importante porque eu acho que esse é o nosso diferencial. Que questões

a gente coloca para o nosso objeto? Como elas estão informadas pelas nossas leituras, pelos nossos referenciais metodológicos? Boas questões fazem boas pesquisas. Você nem precisa responder todas elas, mas só de colocar as questões, já é um exercício importantíssimo para o historiador e para historiadora.

Eu queria também convidar os estudantes e os professores a não desanimar nesse momento tão difícil. Pesquisadores e historiadores, com solidariedade a gente vai passar esse momento mais duro, cuidando uns dos outros e lutando por mais justiça social e para que a informação chegue amplamente onde ela precisa.

Boas questões fazem boas pesquisas. Você nem precisa responder todas elas, mas só de colocar as questões, já é um exercício importantíssimo para o historiador e para historiadora.

Entrevistadores

Cosma Silva de Araújo - Graduada em História- UVA. Mestre em História e Culturas- UECE. Graduanda em Artes Visuais pela Universidade Estadual do Ceará - UAB. Servidora pública.

Fannuel Santos Mesquita - Graduado em História-Licenciatura pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA.

Joannes Paulus Silva Forte - Graduado em Ciências Sociais na modalidade Licenciatura pela Universidade Federal do Ceará (UFC) (2004), em Ciências Sociais na modalidade Bacharelado pela UFC (2004), mestre em Sociologia pela UFC (2008) e doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) (2019) com cotutela no Département Droit, Intervention Sociale, Santé, Travail (DISST) do Conservatoire National des Arts et Métiers (CNAM-Paris-França). É Professor Adjunto J da Universidade Estadual Vale do Acaraú. É docente do quadro permanente do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (ProfSocio), na associada UEVA.

Viviane Prado Bezerra - Professora Assistente do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense (Dinter UFF/URCA). Mestra em História Social pela Universidade Federal do Ceará - UFC. Graduada em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Está vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas de História Oral do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, atuando nos campos de pesquisa de História Social, com ênfase em Movimentos Sociais, Camponeses, História das Mulheres, História Oral e História da Educação.

Editora
**SER
TÃO
CULT**
10 anos

Este livro foi composto em fonte Swis721 Cn BT, impresso no formato 15 x 22 cm em offset 75 g/m², com 274 páginas e em e-book formato pdf.
Maio de 2024.

Série
Território
Científico

Editora
**SERTÃO:
CULT**
10 anos

Uberização, gênero, trabalhadores tradicionais, trabalhadores da terra, o sindicalismo, desigualdades, diálogo, pesquisa, capitalismo, empatia. Cada uma destas palavras-chave é fundamental para aqueles que têm interesse pelos estudos acerca do mundo do trabalho. Mais ainda: são temas fundamentais para cada um de nós, trabalhadores, inseridos em uma sociedade em constante transformação, nem sempre (ou quase nunca) para melhor.

Pensando nisso, a série Território Científico uniu neste seu 5º volume entrevistas com 11 pesquisadores que se dedicam há anos ao mundo do trabalho e aos trabalhadores. Para melhor conhecermos nossa sociedade, nada melhor do que conhecermos aquilo que a move: o trabalho. Por isso convidamos vocês, caros leitores, a refletirem conosco sobre nossa realidade, que é primeiro passo para que possamos tornar essa transformação mais justa.

ISBN 978-655421130-7



9

786554

211307

Editora **SERTÃO:
CULT**